



---

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **SISPEMEC**

### **2018 - 2019**

---

**MANAUS, AM**



**Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas**

Desembargador Yedo Simões de Oliveira

**Vice –Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**

Desembargador Wellington José de Araújo

**Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**

Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior

**Presidente do Sistema Permanente de Mediação e Conciliação do  
TJAM**

Desembargador Délcio Luís Santos

**Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de  
Solução de Conflitos TJAM**

Juiz de Direito Gildo Alves de Carvalho Filho



## Sumário

---

|   |           |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO.....                             | 4         |
| 1. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DO DO SISPEMEC..... | 5         |
| 2. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO.....                | 7         |
| 3. PROJETO PAI LEGAL.....                     | 8         |
| 4.OFICINAS DE PARENTALIDADE.....              | 8         |
| 5. PROJETO EMPRESA AMIGA DA JUSTIÇA.....      | 10        |
| 6. IDENTIFICAÇÃO DOS CEJUSCs.....             | 11        |
| 7.PROJETO "META 03.....                       | 15        |
| <u>8. ANEXOS.....</u>                         | <u>16</u> |



## APRESENTAÇÃO

---

O presente relatório tem como objetivo apresentar à Presidência deste Tribunal, Desembargadores, Juízes coordenadores dos CEJUSCs, Comissão de Acesso à Justiça do CNJ, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, bem como a todos os interessados, as atividades desenvolvidas pelo SISTEMA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO – SISPEMEC, instituído por meio da Resolução N°04/2015 – TJAM com vistas a execução da Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse, objeto da resolução N° 125 /2010 do Conselho Nacional de Justiça.

No dia 12 de julho de 2018, a Presidência do SISPEMEC foi designada ao Desembargador Delcio Luís Santos, por meio da Portaria N° 1.627- PTJ de decisão do Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Yedo Simões de Oliveira. Cumpre destacar que o SISPEMEC é operacionalizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC, coordenado pelo Juiz de Direito, Gildo Alves de Carvalho Filho e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.

Delimitaremos os dados deste relatório ao período compreendido entre julho de 2018 a agosto de 2019. Destacamos que neste período o SISPEMEC, por meio do NUPEMEC foi marcado por importantes avanços em relação ao cumprimento da política Pública de Métodos Consensuais de Resolução de conflitos, sobretudo no que se refere ao processo contínuo de formação de mediadores e conciliadores judiciais, culminando assim, no incentivo da autocomposição, da formação de mediadores e conciliadores, da produção e disseminação do conhecimento e o aperfeiçoamento institucional dos órgãos do poder Judiciário, notadamente dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs.



## **1. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DO DO SISPEMEC**

---

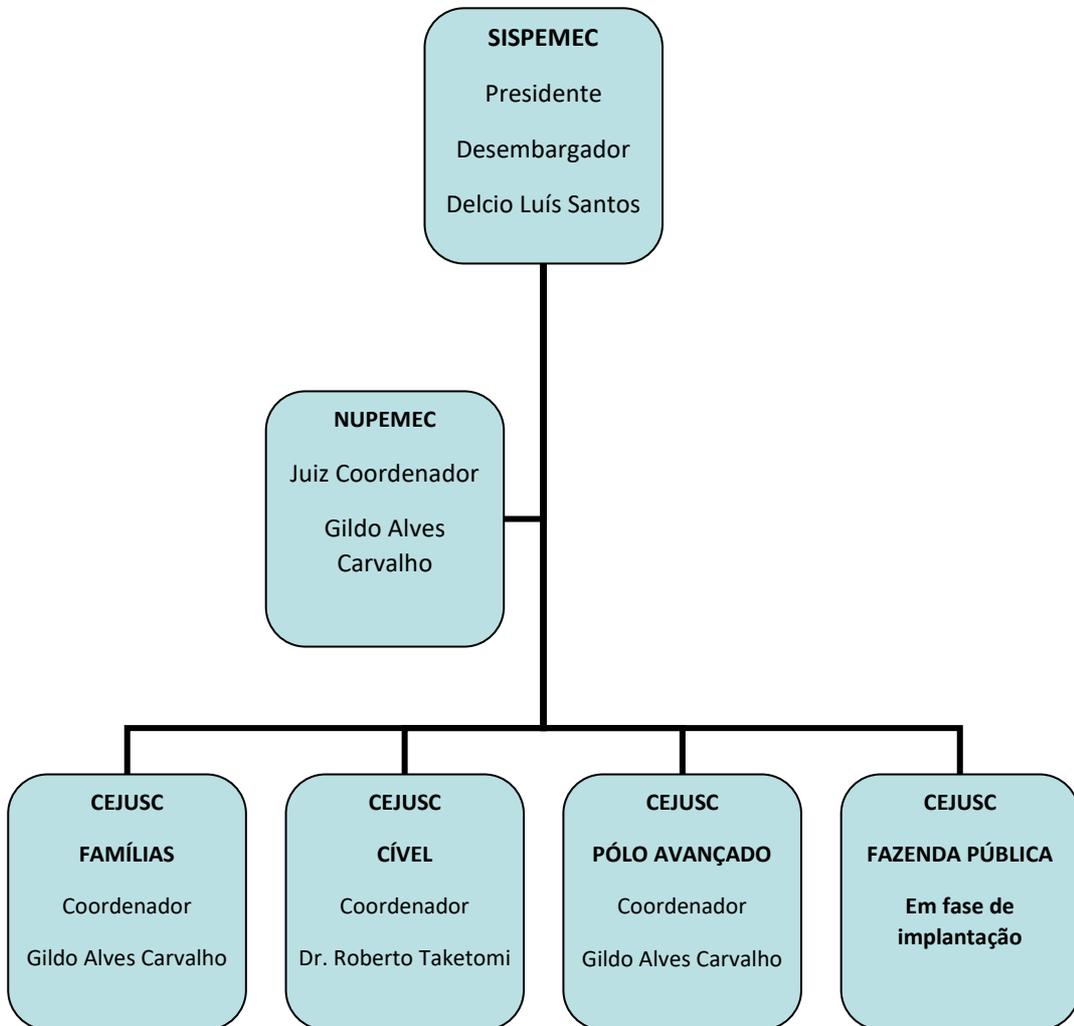
O SISPEMEC é operacionalizado pelo NUPEMEC e pelos CEJUSCs, conforme Resolução N°04/2015 –TJAM.

O NUPEMEC tem o objetivo de difundir a política pública de tratamento adequado de solução de conflitos por meio da conciliação e mediação, instalação e monitoramento dos CEJUSCs, provimento de cursos de formação para mediadores e conciliadores, de capacitação, organização de cursos entre outros eventos institucionais que venham a difundir a cultura da pacificação de conflitos.

O ano de 2019 foi marcado pela conquista de implantação da sede administrativa do NUPEMEC, que está localizada em uma sala de 48 M2 no Fórum Cível Desdor. Euza M<sup>a</sup> Naice de Vasconcellos, 1º andar.

A atual estrutura física do NUPEMEC consiste em uma sala de 48 M2, equipada com 08 mesas e cadeiras, 06 armários, 01 computador e 01 linha telefônica. No que se refere ao Recursos Humanos, o Núcleo é composto pelo Coordenador, o magistrado Gildo Alves de Carvalho Filho e pela secretária Fernanda Liane Nascimento Souza.

Quanto aos CEJUSCs, o Tribunal de Justiça do Amazonas possui 04 CEJUSCs na capital, quais sejam: CEJUSC Família, CEJUSC Cível, CEJUSC Pólo Avançado e CEJUSC Fazenda Pública. Este último, apesar de inaugurado em dezembro de 2017, está inoperante devido necessidade de adequação técnica/Soft Plam, de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município - PGM, para iniciar suas atividades.





## 2. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Em outubro de 2018, o NUPEMEC TJAM juntamente com a Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM TJAM receberam o ***Título de Instituições Formadoras de Mediadores e Conciliadores Judiciais pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM***, conforme Portaria de Reconhecimento Nº 21 /2018.

Atualmente, o quadro de formadores está assim definido:

|                                  | Quantidade | Identificação  |
|----------------------------------|------------|--|
| <b>Formadores de instrutores</b> | 01         | Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho  |
| <b>Instrutores formados</b>      | 03         | Andréa Basílio Coelho Viana<br>Caelison Lima de Andrade<br>Juliana Crespo Lins   |
| <b>Instrutores em formação</b>   | 04         | Ana Sofia Barbosa de Gouveia<br>Raimundo Ilmar lima Gadelha Jr<br>Raysa Lemos Pertoti Figueiredo<br>Wiulla Inácia Garcia Alves |

De 2018 até a presente data foram realizados 05 (cinco) cursos de formação de conciliadores/mediadores judiciais, totalizando 110 mediadores/conciliadores judiciais formados. Destacamos que desde 2016 até 2019, o TJAM já certificou 93 mediadores Judiciais.

No período de 06 a 10 de maio/2019 foi realizado no TJAM o ***Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial*** destinado a atender demanda desta Egrégia Corte, bem como, aos Tribunais de Justiça dos Estados do Pará Paraíba, Rondônia, Tocantins, Acre, Piauí e Roraima. O curso teve por objetivo iniciar o processo de formação de 24 instrutores e foi ministrado pela Juíza Federal Taís Schilling Ferraz (TRF 4), pelo Juiz de Direito Guilherme Ribeiro Baldan (TJRO) e pelo Juiz de Direito Gildo Alves de Carvalho Filho (TJAM).



Foto 1: Turma do curso de Formação de instrutores- (23 alunos)

### **3. PROJETO PAI LEGAL**

---

O Tribunal de Justiça do Amazonas, por meio do do NUPEMEC firmou acordo de cooperação Técnica com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED com vistas a implantação do Projeto “Pai Legal” que prevê o reconhecimento voluntário da paternidade de menores matriculados na rede municipal de ensino e que tenham em registro apenas o nome da mãe. O referido projeto prevê ainda, orientação e assistência jurídica aos que demonstrem insuficiência de recursos.

### **4. OFICINA DE PARENTALIDADE**

---

A oficina de parentalidade é uma adaptação local da proposta elaborada pelo CNJ e consiste em um programa educacional interdisciplinar para genitores, responsáveis, filhos e demais membros da família a buscarem maneiras saudáveis de lidar com o conflito.



As oficinas ocorrem nos CEJUSCs Famílias e Pólo Avançado e no período de agosto de 2018 a agosto de 2019 foram realizadas 80 oficinas.





## 5. PROJETO EMPRESA AMIGA DA JUSTIÇA

Em 2018 o Tribunal de Justiça convocou as empresas com maior número de processos em andamento para desenvolverem uma parceira em prol da Justiça Amazonense visando a redução do estoque processual das mesmas bem como adoção dos métodos adequados de resolução de conflitos, concretizando assim um Pacto de Mediação que iniciou o Projeto Empresa Amiga da Justiça, uma cooperação inédita entre o Poder Judiciário e as maiores litigantes do Tribunal de Justiça do Amazonas.



As Amigas da Justiça pactuaram os seguintes termos:

|  | Metas de redução                                       | Metas de aumento  | Resultado alcançado                                     |
|--|--|---|---|
|  | Redução semestral de 5% do estoque processual de 2346; | Aumentar semestralmente 40% os acordos judiciais, tendo como base a média de 42 acordos semestrais. | <b>Meta alcançada</b><br>Recebeu selo Diamante          |
|  | Redução semestral de 5% do estoque de 10630 feitos;    | Aumentar semestralmente 10% os acordos judiciais, tendo como base a média de 52 acordos semestrais  | <b>Meta alcançada</b><br>Recebeu selo Diamante          |
|  | Redução semestral de 2% do estoque de 1948 processos   | Aumentar semestralmente 2% os acordos judiciais, tendo como base a média de 271 acordos semestrais  | <b>Meta alcançada</b><br>Recebeu selo Ouro              |
|  | Parceria a título de desempenho exemplar               |   | <b>Meta alcançada</b><br>Recebeu selo Ouro              |
|  | Redução semestral de 5% do estoque processual de 7635  | Aumentar semestralmente 2% os acordos judiciais, tendo como base a média de 384 acordos semestrais  | <b>Não alcançou a meta</b><br>Recebeu Menções Honrosas* |
|  | Redução semestral de 20% do estoque de 1935            | Manter a média excepcional de 70 acordos por semestre   | <b>Não alcançou a meta</b><br>Recebeu Menções Honrosas* |

\*Menções Honrosas são destinadas as empresas que se empenharam na difusão da cultura da paz, ainda que não tenham alcançado todas as metas pactuadas.



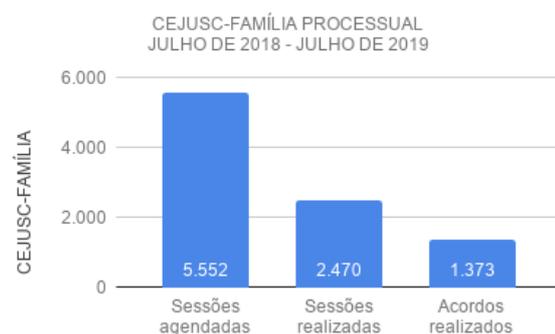
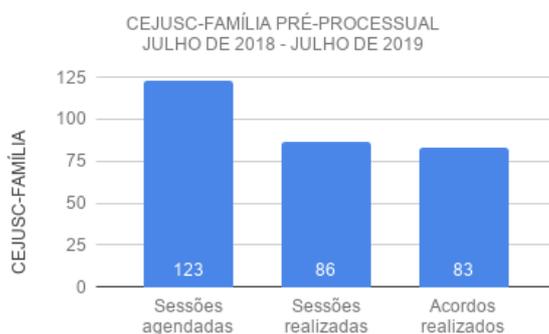
## 6. IDENTIFICAÇÃO DOS CEJUSCs

| CEJUSC- Família          |   |
|--------------------------|---|
| ● Juiz coordenador       | Gildo Alves de Carvalho Filho                 |
| ● Localização            | Fórum Cível Desdor. Euza Naice de Vasconcelos |
| ● Vara a que está ligado | 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª vara de família        |

Cumprir destacar que em fevereiro de 2019 foi viabilizada a mudança da instalação do CEJUSC Família para o Fórum Cível Desdor. Euza Naice que representou um salto de qualidade na prestação do serviço, tendo em vista o aumento do número de salas para a realização das audiências de conciliação/ mediação, melhor acomodação do público atendido e de servidores.

Quanto à estrutura física, o CEJUSC Família possui 13 (treze) salas para realização das audiências de mediação/conciliação, ampla sala de recepção, secretaria, copa e atende aos requisitos exigidos do Guia de implantação dos CEJUSCs – CNJ.

Quanto ao recurso Humanos, este CEJUSC possui 13 servidores ( 01 Diretor do CEJUSC, 01 coordenador do setor de Conciliação/mediação, 05 para atuar na secretaria, 03 para realizar as audiências de conciliação e mediação e 03 estão no setor psicossocial) e 23 estagiários.

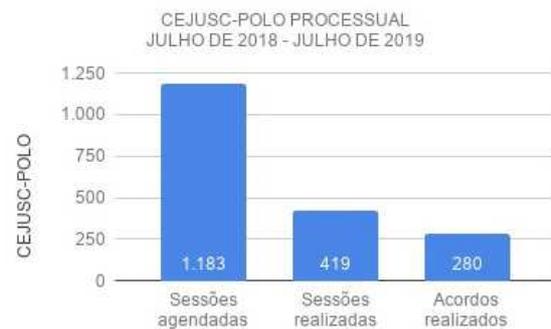
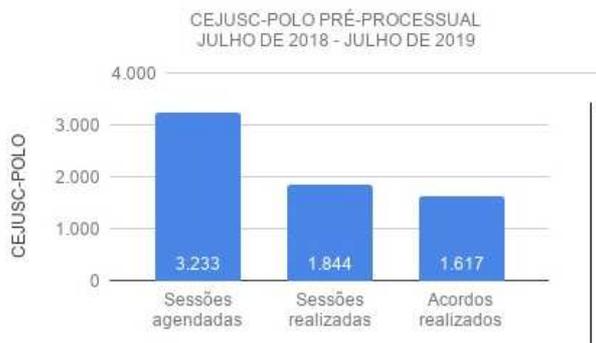




| <b>Pólo Avançado</b>         |   |
|------------------------------|---|
| ● Juiz coordenador           | Gildo Alves de Carvalho Filho                       |
| ● Localização                | Rua José Paranaguá, nº 200 (ao lado do banco Safra) |
| ● Nº de salas de conciliação | 6 (seis)  |
| ● Vara a que está ligado     | 2ª e 8ª   |

Quanto à estrutura física, o CEJUSC Cível possui 06 (seis) salas para realização das audiências de mediação/conciliação, possui recepção, secretaria e sala para Defensoria Pública.

Quanto ao recurso Humanos, este CEJUSC possui 06 servidores ( 01 Diretor do CEJUSC, 02 atuam na secretaria, 01 atua como mediador /conciliador, 01 no setor de Cidadania e 01 motorista ) e 04 estagiários.

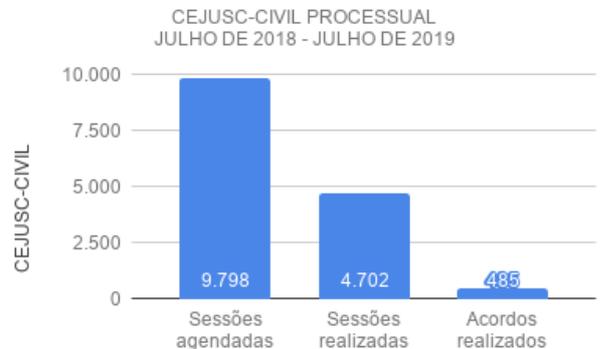
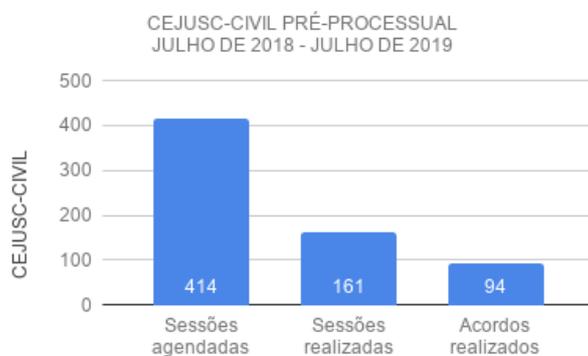




| CEJUSC- Cível            |                   |
|--------------------------|-------------------|
| ● Juiz coordenador       | Roberto Taketomi  |
| ● Localização            | Fórum Henoch Reis |
| ● Vara a que está ligado | 1ª a 20ª          |

Quanto à estrutura física, o CEJUSC Cível possui 10 (dez) salas para realização das audiências de mediação/conciliação, não possui recepção e o espaço destinado para a secretaria é insuficiente. A atual instalação deste CEJUSC ainda precisa se adequar aos requisitos contemplados no Guia de implantação dos CEJUSCs – CNJ.

Quanto ao recurso Humanos, este CEJUSC possui 06 servidores (01 Diretor do CEJUSC, 02 para atuar na secretaria, 02 para realização do pregão e 01 para realizar as audiências de conciliação e mediação) e 10 estagiários.

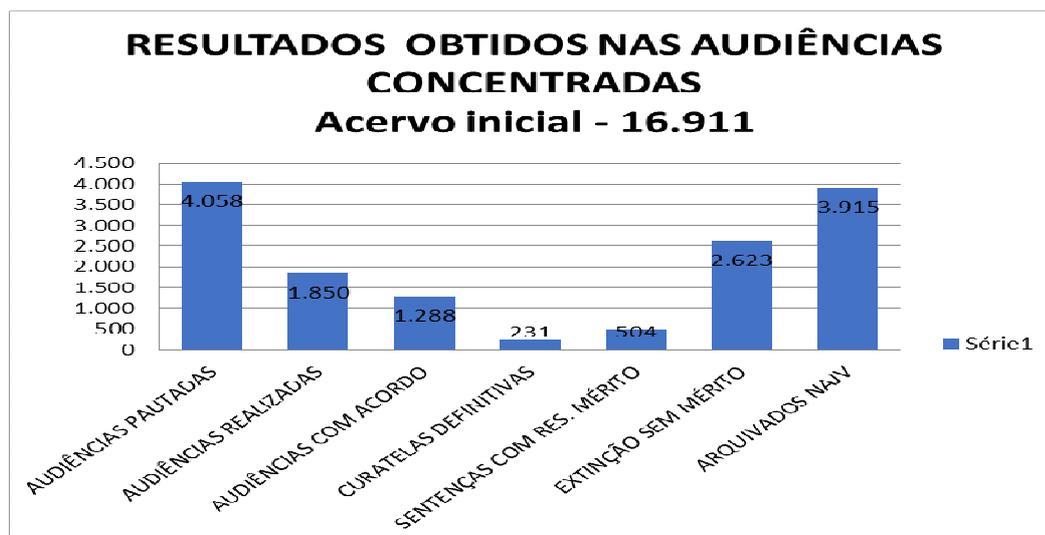




## 7. PROJETO “META 03”

O referido projeto teve como objetivo contribuir para o cumprimento das Metas Nacionais atribuídas pelo CNJ aos Tribunais de Justiça Estadual de todo o território nacional. As ações realizadas tinham como alvo o aumento do índice de conciliação -Meta 03, e sua incidência no cumprimento do Meta 01 e no Meta 02.

| RESULTADOS APRESENTADOS                |                   |
|--|-------------------|
| ACERVO INICIAL - TOTAL                 | 16.261            |
| TAXA DE RESOLUTIVIDADE (EQUIPE META 3) | 46,33%            |
| REDUÇÃO DO ACERVO (GERAL)              | 9.418<br>(57,92%) |
| ACERVO REMANESCENTE                    | 6.843<br>(42,08%) |





## 8. ANEXOS

